

IV - CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

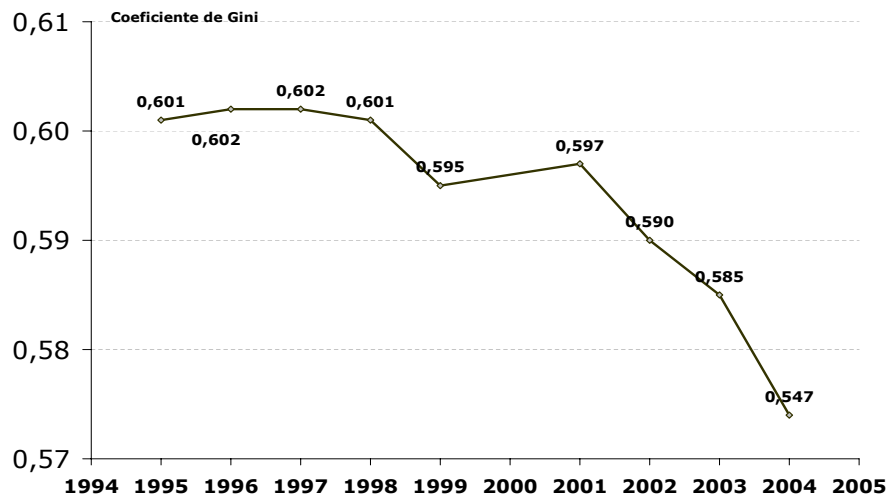


**REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
PREVIDÊNCIA SOCIAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEGURANÇA ALIMENTAR
EDUCAÇÃO
CULTURA
SAÚDE
ESPORTE
POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

As desigualdades sociais no Brasil têm dimensões tão dramáticas, que exigem, para o seu eficaz enfrentamento, a atenção prioritária não apenas da política social, mas de todas as políticas governamentais, nos três níveis de governo. A concentração de renda no Brasil, além de ser uma das maiores do planeta, vinha se mostrando extremamente estável, com pequenas oscilações em torno de um nível elevado. No entanto, contrariando a sua própria experiência histórica, a concentração de renda no Brasil diminuiu de modo significativo e contínuo entre 2001 e 2004. Nesse período, a renda dos 20% mais pobres aumentou, em média, 5% ao ano, enquanto a dos 20% com rendas maiores diminuiu, em média, 1% ao ano. O coeficiente de Gini utilizado na medida de desigualdade, que se mantinha em um nível alto (em torno de 0,6), embora com leve tendência de queda desde 1998, reduziu-se rapidamente, especialmente entre 2003 e 2004, conforme demonstrado no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini de 1995 a 2004



Fonte: Microdados Pnad 1995-2004

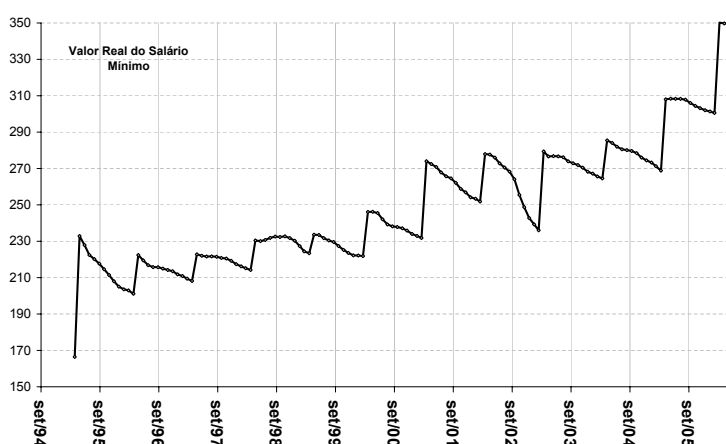
A despeito do movimento recente, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada. Se mantida a velocidade observada no triênio 2001 - 2004, ainda seria necessária uma década para alcançar um coeficiente de Gini de 0,50, que se situa próximo ao observado hoje no México e nos Estados Unidos, que não são considerados modelos de justiça social.

É fundamental compreender os fatores que contribuíram para manter a desigualdade em queda e identificar as políticas e ações governamentais responsáveis pela melhoria da distribuição de renda no Brasil. As evidências indicam que um dos fatores expressivos na redução da desigualdade nos últimos anos foi a melhoria do sistema de proteção social do País. Tradicionalmente associado ao Orçamento da Seguridade Social, o sistema de proteção social atende às áreas de previdência, assistência e saúde e teve papel fundamental na redução da concentração de renda, incluindo-se como principais estratégias o Fome Zero, e, em particular, o Programa Bolsa-Família.

No que tange ao Bolsa-Família, que unificou os programas de transferência de renda (como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio Vale-Gás), cabe destacar que a substancial ampliação de sua cobertura foi muito importante para a redução das desigualdades. Em setembro de 2004¹, 8,8 milhões de famílias recebiam benefício de algum programa de transferência de renda², enquanto que atualmente são atendidas mais de 11 milhões de famílias.

Outra política fundamental para a redução das desigualdades pessoais de rendimento foi a de valorização do salário mínimo. O Gráfico 2 demonstra o valor real (em reais de 2006) do salário mínimo de 1995 a 2006. Desde o seu menor valor, de R\$ 166,0 observado em abril de 1995, o salário mínimo subiu 110%, alcançando o valor de R\$ 350,0 em vigor desde abril deste ano. Apenas nos últimos três anos e meio, o aumento real foi de 44%.

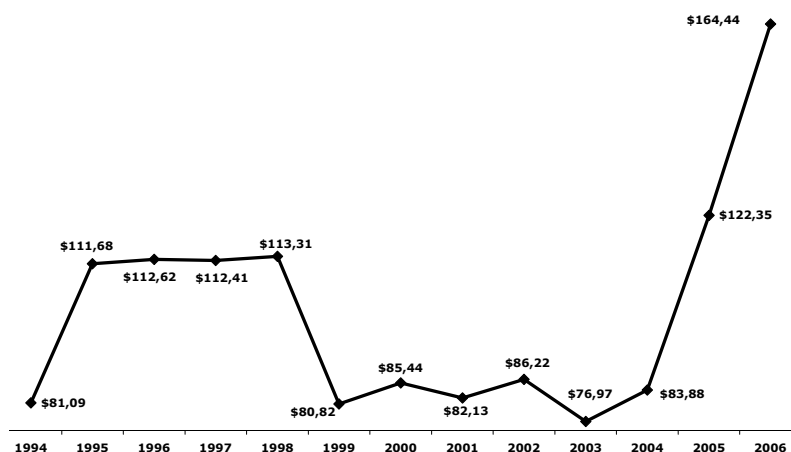
Gráfico 2 – Valor Real do Salário Mínimo de 1994 a 2006



Fonte: Microdados Pnad 1995-2004

O Gráfico 3 demonstra que em comparação à cotação do dólar (cotação média) esses valores ultrapassaram o valor US\$ 100.

Gráfico 3 – Evolução do Valor do Salário Mínimo e US\$



Fonte: Microdados Pnad 1995-2004

1 - Data da última Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNDA), do IBGE.

2 - Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás ou Cartão, Alimentação.

Além dos impactos sobre o mercado de trabalho, o salário mínimo indexa, entre outros, os seguintes benefícios da Seguridade Social: o Benefício de Prestação Continuada, a Previdência Rural, o piso do Regime Geral de Previdência Social, o Abono Salarial e o Seguro-Desemprego. A recuperação do salário mínimo é de enorme importância, seja como indexador de benefícios, seja por sua conhecida influência na correção dos salários de base (até três salários mínimos), tanto do mercado formal como do informal. Embora seja difícil quantificar o seu impacto, a política de valorização do salário mínimo certamente levou a uma menor dispersão dos rendimentos do trabalho. Não pode ser desprezado, também, o seu efeito multiplicador sobre os setores produtores de bens-salário e a sua contribuição para o aumento da arrecadação tributária e previdenciária.

Adicionalmente à rede de proteção social e à recuperação real do salário mínimo, a melhoria da qualificação da força de trabalho e um mercado de trabalho mais inclusivo (desde 2003, foram gerados quase 4,5 milhões de empregos formais), também contribuíram fortemente para a redução das desigualdades pessoais de rendimentos.

A política agrícola praticada pelo Governo contribuiu de forma decisiva para a redução das disparidades de renda entre capital e interior. As políticas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar permitiram a ampliação do acesso à renda, aos serviços e à proteção social. Em suma, apesar da importância do Programa Bolsa - Família, dos benefícios da Seguridade Social indexados ao salário mínimo, da valorização do salário mínimo, quase todas as áreas da política social contribuíram para a redução das desigualdades. Outros aspectos, como a redução das disparidades entre regiões metropolitanas e o interior, os fatores demográficos e a redução da segmentação setorial na economia, também tiveram papel relevante na diminuição das desigualdades, muitos dos quais também resultantes das políticas governamentais.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

O sistema previdenciário brasileiro, composto pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pelos Regimes Próprios da Previdência dos Servidores Públicos e pela Previdência Complementar, passou de 2003 a 2006 por reformas normativas, adaptações conjunturais e mudanças de gestão que objetivam em última instância a ampliação da cobertura social e a justiça distributiva no sistema, com sustentabilidade fiscal.

No âmbito da Previdência dos Servidores Públicos, a Emenda Constitucional (EC) nº 41, de 19 de dezembro de 2003, complementada pela EC nº 47, de 5 de julho de 2005 (PEC-Paralela), promoveu basicamente uma reforma com vistas à redução da taxa de crescimento do *déficit*, estabelecendo limite superior no valor das aposentadorias e recorrendo à contribuição dos inativos.

Relativamente ao subsistema da Previdência Complementar, planeja-se para 2007 o envio de proposta ao Congresso de regulamentação da Previdência Complementar dos Servidores Públicos, instituída pela EC nº 41, de 2003, com conseqüente institucionalização do Fundo correspondente, alimentado pelas contribuições dos novos servidores públicos e dos empregadores estatais.

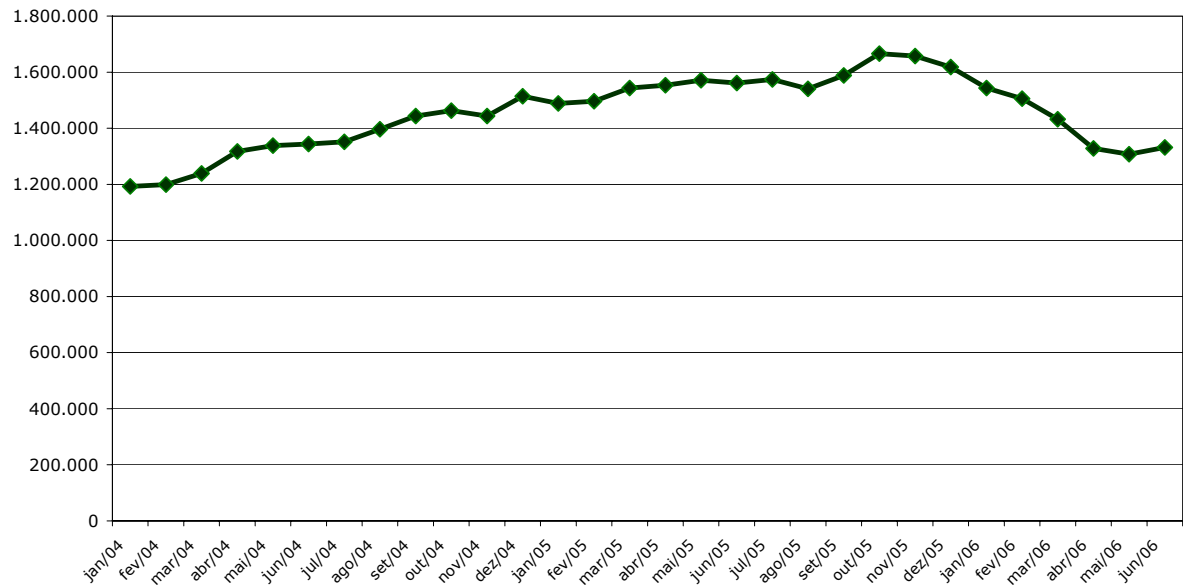
No âmbito do RGPS destacam-se duas mudanças importantes na trajetória recente do seguro social: 1) houve reversão no ciclo da perda de segurados do regime geral, com incorporação, no triênio 2003-2005, de 4,1 milhões de novas inscrições de segurados; e 2) iniciou-se uma ampla reforma de gestão no sistema previdenciário, com foco direcionado à melhoria do atendimento e maior eficiência do gasto e da arrecadação.

Destaque especial deve ser dado para a realização do Censo dos beneficiários da Previdência. Iniciado no final de 2005, visa atualizar os dados cadastrais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), estando dividido em duas etapas: a primeira que abrangeu 2,4 milhões de pessoas e terminou em abril de 2006, e a segunda, iniciada em março de 2006, que envolve outros 14,7 milhões de aposentados e pensionistas, prevendo-se seu encerramento em julho de 2007. Com tal iniciativa objetiva-se eliminar pagamentos indevidos de benefícios, sendo que em sua primeira fase observou-se a suspensão ou cessação de cerca de 5% de benefícios irregulares. Para a conclusão do recadastramento, estão previstos para 2007 recursos da ordem de R\$ 38,0 milhões.

Outras medidas gerenciais relativas ao RGPS foram adotadas: i) redução de filas de usuários dos postos do INSS; ii) ampliação do horário de atendimento em diversas agências do INSS; iii) marcação de consultas por Internet ou telefone (*call-center*); iv) alteração na forma de cálculo do valor concedido, limitando-o à média dos últimos salários-de-contribuição; v) ajuste da data de cessação ao tempo necessário para a recuperação da capacidade de trabalho, conforme Decreto nº 5.844, de 13 de julho de 2006, o que eliminou a necessidade de sucessivas perícias; e vi) substituição de médicos-peritos terceirizados por 3,0 mil médicos concursados e mais a realização de concursos para a contratação de 2,35 mil analistas e técnicos previdenciários.

Todas essas mudanças já surtiram efeitos positivos, como por exemplo a reversão da tendência de crescimento da quantidade de benefícios de auxílio-doença emitidos pelo INSS, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da Quantidade de Benefícios de Auxílio-Doença Previdenciário e Acidentário emitido pela INSS - 2004-2006



Fonte: Ministério da Previdência Social

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social vem passando por profundas mudanças, que visam à sua afirmação como política governamental e direito do cidadão, baseada nos princípios de democratização, universalização e uniformidade dos serviços. As mudanças efetuadas culminaram na criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e na aprovação das novas Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e Norma Operacional Básica de Assistência Social, em 2005.

Esses instrumentos desenham, de forma inovadora, um sistema descentralizado e integrado, sob responsabilidade das três esferas de governo. Com o SUAS, a Assistência Social passa a ser organizada como uma política de proteção social que tem por objetivo garantir segurança de renda, de convivência familiar, comunitária e social, de desenvolvimento de autonomias e de sobrevivência a riscos circunstanciais. Sua implementação passa a se efetivar em um processo de colaboração pactuada entre os entes federados de forma a assegurar os níveis básico e especial de proteção social. O objetivo é garantir uma porta de entrada única ao usuário e a organização da política no território, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), a serem instalados em todos os municípios brasileiros.

Os CRAS vêm desenvolvendo serviços e ações assistenciais de proteção social básica, que objetivam a prevenção de situações de risco e de violação de direitos, mediante, particularmente, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O Governo Federal, desde 2003, tem investido no financiamento dos CRAS para garantir a ampliação de sua oferta. Foram instalados 452 CRAS em 2003, número que cresceu para 901, em 2004, e para 1.980, em 2005, beneficiando 1.355 municípios brasileiros, e abrangendo territórios onde estão referenciadas 8,0 milhões de famílias integrantes do público-alvo da Assistência Social. Para 2007, prevê-se o montante de R\$ 191,8 milhões para a manutenção dos Centros instalados, com capacidade estimada de atendimento de 1,4 milhão de famílias.

A Política de Assistência Social mantém, ainda, programas estratégicos de cunho nacional que contam com a adesão dos Estados e Municípios no enfrentamento à violação de direitos. Nesse conjunto destaca-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que atende atualmente cerca de 1 milhão de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, que se encontram em situação de trabalho, em 3.256 municípios brasileiros. Visando ampliar o alcance do Programa, aproveitar sinergias e integrar esforços, a partir de 2006, o Programa Bolsa-Família assumiu parcialmente o componente de transferência de renda do PETI. Prevê-se para o outro componente, representado pelas ações socioeducativas, o valor de R\$ 316,3 milhões, o que permitirá alcançar, em 2007, a meta de atendimento de 1,5 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

No que se refere a violação de direitos, vêm sendo aperfeiçoadas as ações no Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, por intermédio da implantação dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), em co-responsabilidade com os Municípios, cujo objetivo é prestar assistência psicossocial e jurídica às crianças, adolescentes e famílias vitimadas pela violência. A capacidade de atendimento

desses Centros foi expandida, em 2005, de 314 Municípios e 18.630 atendimentos para 1.104 municípios e 51.330 atendimentos. Para a continuidade desta importante ação, em 2007, estão previstos R\$ 45,4 milhões para o atendimento de cerca de 84 mil pessoas.

O Governo Federal é o responsável pela operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste no repasse mensal de um salário mínimo às pessoas idosas com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência, cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo. Em 2006, 1,13 milhão de idosos e 1,25 milhão de pessoas com deficiência estão sendo beneficiados, sendo que, para 2007, serão beneficiados 1,46 milhão e 1,67 milhão, respectivamente, demandando recursos da ordem de R\$ 13,5 bilhões.

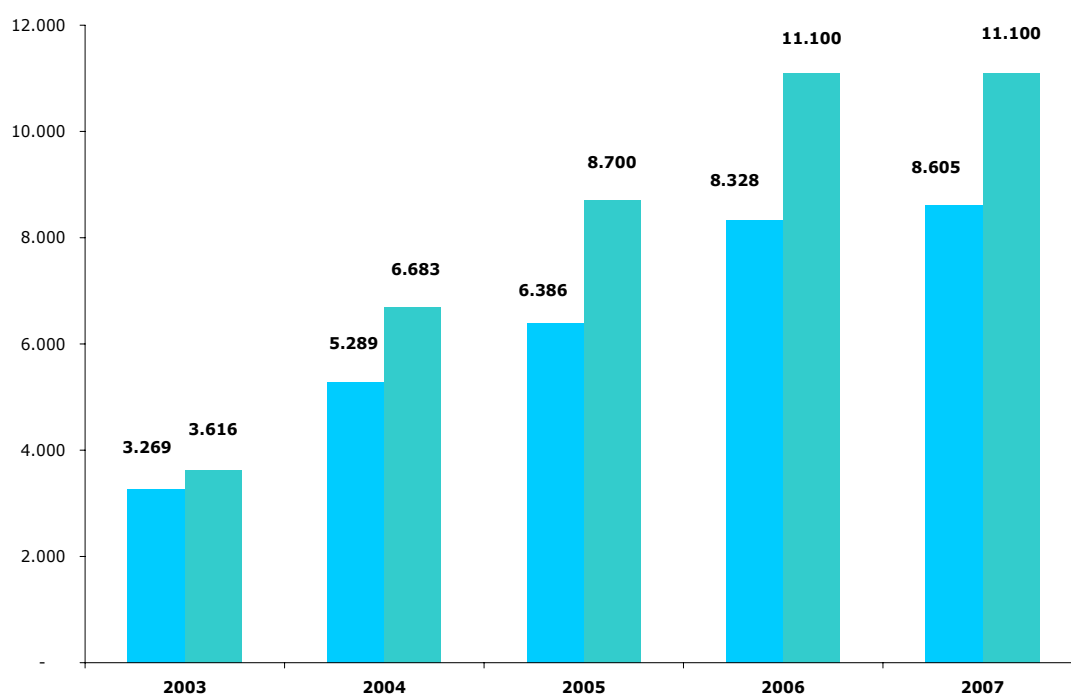
SEGURANÇA ALIMENTAR

Desde o início do atual Governo a questão alimentar foi definida como tema central para as políticas públicas brasileiras, e um dos principais desafios o combate à fome. A gravidade deste problema foi confirmada pelos dados da PNAD 2004, que apontam cerca de 18,0 milhões de domicílios no País (ou seja, 35% do total, onde moram 72 milhões de pessoas) vítimas de insegurança alimentar em graus diversos.

A urgência em possibilitar o acesso de parcela da população brasileira a uma alimentação adequada, impôs a implementação de uma estratégia de enfrentamento da fome, por intermédio do Fome Zero. A partir da constatação de que a fome no Brasil decorre da impossibilidade de acesso aos alimentos por insuficiência de renda, a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) visa garantir o direito de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente a todos os brasileiros.

Aliada ao Fome Zero, cujos resultados podem ser constatados em todo o País, a criação do Programa Bolsa-Família (PBF), com a unificação de programas de transferência de renda, permitiu o atendimento, em julho de 2006, de 11,1 milhões de famílias, em 5.557 Municípios, que recebem, em média R\$ 61,0 ao mês. Alcançou, assim, 99,2% das famílias pobres em quase todos os municípios brasileiros. Ressalte-se, em particular, a importância para a Região Nordeste, que responde por 5,5 milhões de famílias atendidas, ou seja, 49,5% do total. Pode-se visualizar, pelo gráfico abaixo, a evolução desse programa:

Gráfico 1 – Evolução do atendimento do Programa Bolsa Família (físico e financeiro)



Fonte: Ministério da Previdência Social

Financeiro (R\$ milhões)

Físico (milhares de famílias)

O PBF vem melhorando expressivamente o acesso aos alimentos e a situação nutricional das famílias e contribuindo efetivamente para elevar as condições de saúde de seus membros e de escolarização das crianças. Das crianças beneficiadas pelo Bolsa-Família, 97% estão com frequência regular nas escolas (dados de 80% das escolas e 100% dos municípios), 86,6% contam com acompanhamento na área de saúde e 98,1% estão vacinadas. Além disso, 85,6% das gestantes estão sendo acompanhadas em seu pré-natal. Para alcançar estes resultados, o volume de recursos investidos em transferência de renda de 2003 a 2005 quase dobrou, passando de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 6,4 bilhões. Em 2006, estão previstos R\$ 8,3 bilhões e o PBF deve alcançar 100% da sua meta, enquanto para 2007 o valor é de R\$ 8,6 bilhões, mantido o número de famílias atendidas.

Além de assegurar uma renda mínima à população em situação de pobreza e de extrema pobreza, a estratégia do Fome Zero desenvolve um amplo conjunto de iniciativas na área de acesso aos alimentos, com resultados igualmente expressivos. A Alimentação Escolar garante o acesso a pelo menos uma refeição diária a 37 milhões de crianças e adolescentes matriculados na rede pública da pré-escola e do ensino fundamental.

Com o objetivo de fortalecer essa ação e corrigir os valores repassados para os alunos, sem atualização há cerca de dez anos, aumentou-se o valor por aluno da pré-escola em, aproximadamente, 270% (de R\$ 0,06 para R\$ 0,22/dia), e estendeu-se o benefício a 881 mil crianças de 18 mil creches públicas e filantrópicas. No ensino fundamental, o aumento do valor por aluno foi de 70% (de R\$ 0,13 para R\$ 0,22/dia), enquanto para as escolas de comunidades indígenas e quilombolas foi de cerca de 240% (de R\$ 0,13 para R\$ 0,44/dia). Coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) destaca-se por ampliar o acesso dos trabalhadores aos alimentos, por intermédio de um auxílio financeiro específico. O programa garante, em 2006, refeições diárias a 8,9 milhões de trabalhadores em todo o Brasil, e em 2007, pretende atender a 9,3 milhões de trabalhadores.

Diversas outras iniciativas são implementadas no âmbito do Fome Zero, merecendo destaque:

- a construção de cisternas;
- a distribuição de cestas de alimentos para populações e grupos vulneráveis;
- a distribuição de vitamina “A” e de “ferro” para grupos particularmente vulneráveis da população brasileira – como as gestantes, as mulheres no pós-parto e as crianças recém-nascidas;
- a construção de Restaurantes Populares e a implantação de Banco de Alimentos;
- as ações de caráter educativo; e
- o apoio à agricultura familiar por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

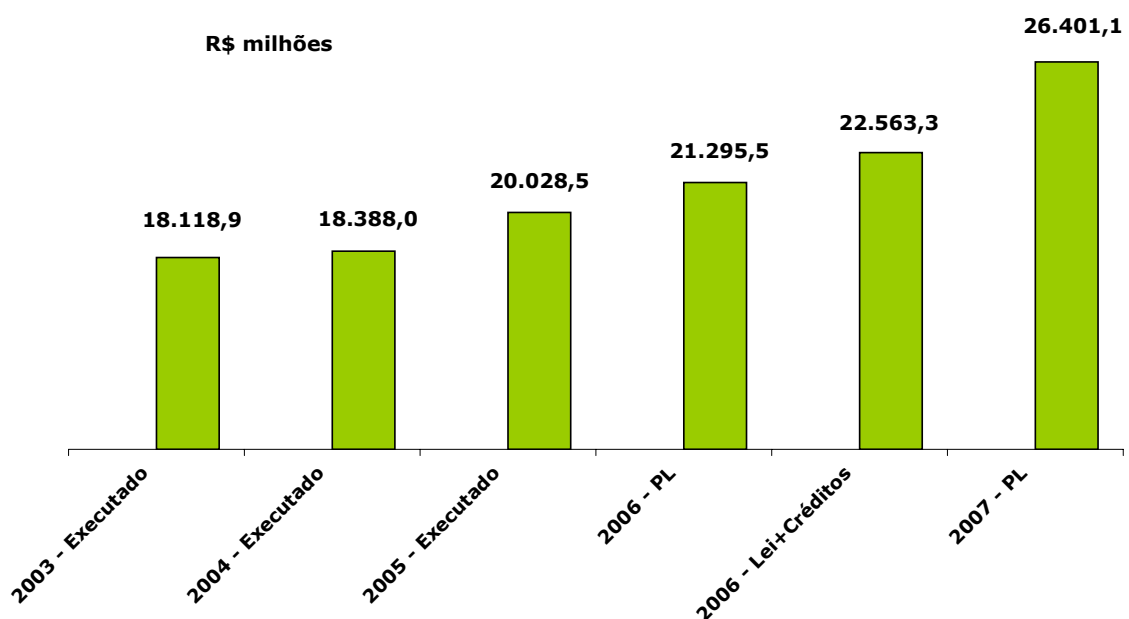
Na busca de garantir o acesso da população a alimentos, foram também desonerados de tributos os produtos da cesta básica, o que tornou o arroz, o feijão, a farinha de mandioca, o fubá e o leite mais acessíveis à população brasileira nos últimos anos.

Por fim, cabe destacar na área de segurança alimentar e nutricional a relevância do encaminhamento ao Congresso Nacional de Anteprojeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A proposta, se transformada em lei, permitirá integrar e organizar as políticas de segurança alimentar desenvolvidas pelas três esferas de governo e pela sociedade.

EDUCAÇÃO

Reconhecendo que a educação é uma das bases para o desenvolvimento nacional, o Governo tem por objetivo garantir educação de qualidade para todos, a partir das diretrizes de democratização do acesso e garantia de permanência em todos os níveis de ensino. A educação deve ser concebida e gerida de forma sistêmica, de modo que os diversos níveis e modalidades de ensino que a compõem estabeleçam sinergias e compartilhem esforços. Nesse sentido, apresenta-se abaixo a evolução crescente dos gastos na área:

Gráfico 1 – Educação - 2003-2007



Fonte: Ministério da Previdência Social

EDUCAÇÃO BÁSICA

a) Formação de professores e trabalhadores em Educação Básica

O Brasil tem uma enorme carência de docentes na educação básica, além do que uma grande parcela não possui a formação adequada, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O Governo Federal está implementando um Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica por meio do apoio aos Estados e Municípios para que desenvolvam ações de formação e capacitação de professores e demais profissionais da rede pública de ensino, em duas modalidades de cursos: formação inicial, para profissionais sem a habilitação legal, e formação continuada, para atualização pedagógica dos docentes, por intermédio das ações Pro-infantil, Pro-formação, Pro-letramento, Rede de Formação Continuada, e Universidade Aberta do Brasil. Ressalta-se que, em 2005, cerca de 45 mil professores participaram dos cursos. Para 2006, estão alocados no orçamento recursos no valor de R\$ 117,6 milhões, enquanto que para 2007 estão previstos R\$ 247,4 milhões.

b) Avaliação do ensino

As avaliações escolares são insumos importantes para a tomada de decisão na área educacional e subsidiam medidas no sentido de corrigir distorções e de aperfeiçoar as práticas das escolas e dos sistemas de ensino. Foi de grande importância aprofundar o monitoramento do desempenho dos alunos, por escola, de forma a permitir a melhoria da qualidade da educação básica. Por intermédio da Prova Brasil, que identifica as experiências positivas e as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por escolas, alunos e professores, foram avaliadas, pela primeira vez, todas as escolas públicas urbanas de 4ª a 8ª séries do País.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por sua vez, constitui-se de exame individual, voluntário, e é oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio. Além de ser uma referência para auto-avaliação, o ENEM serve como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção para o ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho, além de constituir um dos pré-requisitos às bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (ProUni). A edição 2005 do ENEM, que contou com a maior participação desde 2000, teve 3 milhões de inscritos e o dobro do índice de presença em comparação com 2004. De forma a continuar com as avaliações, ampliando ainda mais a percepção em relação à realidade do ensino no Brasil, para o ano de 2007, estão previstos recursos de R\$ 234,5 milhões.

c) Acesso ao livro didático

Preservando a afirmação da diversidade das propostas educacionais e das relações escola-cultura-sociedade e atribuindo ao livro didático a condição de instrumento essencial a essa realização, foi implementado o Programa Nacional do Livro Didático que beneficia, anualmente, 31 milhões de alunos do ensino fundamental. Cabe destacar que, desde 2004, para utilização em 2005, as escolas de educação especial pública e privada (definidas pelo Censo Escolar como comunitárias e filantrópicas) estão sendo atendidas pelo Programa. Em 2006, está prevista a distribuição de cerca de 97,1 milhões de livros para o ensino fundamental, envolvendo R\$ 571,0 milhões. Para 2007, a estimativa é de distribuir 99,7 milhões de exemplares ao custo total de R\$ 679,9 milhões.

Também em 2004, foi criado, de forma piloto, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM) que distribuiu 2,7 milhões de livros didáticos para os 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio das 5,3 mil escolas públicas das Regiões Norte e Nordeste. O PNLEM universalizou a distribuição de livros de português e matemática para o ensino médio a partir de 2005 (para utilização em 2006). Para 2007, está prevista a distribuição de cerca de 2,7 milhões de livros, demandando cerca de R\$ 35,00 milhões.

O Programa Nacional da Biblioteca Escolar atendeu, em 2003, quase o dobro de alunos em relação ao ano anterior. Em 2005, beneficiou 17 milhões de alunos, com a distribuição de 3,6 milhões de exemplares em 136 mil escolas, prevendo-se para 2007 a distribuição de 5,9 milhões de exemplares ao custo de R\$ 54,0 milhões.

d) Assistência ao estudante

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. O Programa, além de contribuir para a melhoria da capacidade de aprendizagem dos alunos e para a redução da evasão escolar, constitui-se em importante instrumento de distribuição de renda entre as camadas mais pobres. Em 2006, foi alocado cerca de R\$ 1,3 bilhão, enquanto que para 2007 estima-se ser utilizado R\$ 1,6 bilhão.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) tem por objetivo garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural, que utilizam transporte escolar. Até 2003, o Ministério da Educação repassava recursos aos Estados, Municípios e entidades da sociedade civil para a aquisição de veículos, por meio de convênios, sendo que atualmente os repasses são feitos automaticamente aos Estados e Municípios. Os recursos, que têm caráter suplementar ao que era usado para compra de veículos, passaram a ser aplicados, a partir de 2004, na manutenção dos veículos da frota própria e na contratação de serviços terceirizados para o transporte escolar. Essas mudanças agilizaram o repasse e universalizaram o atendimento. Dessa forma, pela primeira vez, em 2005, todos os Municípios com alunos residentes em áreas rurais receberam, de forma automática, recursos do Governo Federal para o transporte, atendendo cerca de 3,3 milhões de alunos, em 5.317 municípios, com recursos financeiros da ordem de R\$ 246,9 milhões. Para o exercício de 2007, está previsto o atendimento de 2,8 milhões de crianças com R\$ 270,0 milhões.

e) Financiamento da educação básica

As acentuadas desigualdades socioeconômicas regionais, associadas às diferentes capacidades de Estados e Municípios financiarem a educação, é um dos principais obstáculos à universalização do acesso e à melhoria da qualidade da educação. A proposta de Emenda Constitucional para a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), encaminhado ao Congresso Nacional (PEC 415/05), em substituição ao atual Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), visa fundamentalmente equacionar o financiamento da educação básica, ampliando os investimentos do setor. O Fundeb criará possibilidades para o crescimento do ensino médio e da educação infantil, etapas da educação básica não contempladas pelo Fundef, representando, dessa forma, um avanço para o pacto federativo ao reordenar as relações entre União, Estados e Municípios.

A substituição do Fundef (que se encerra em 2006) pelo Fundeb implicará o aumento do número de alunos atendidos de 30 milhões para 48 milhões. Nos quatro primeiros anos, os recursos da União, Estados e Municípios para o novo fundo serão ampliados gradativamente. Nesse período, o orçamento global deve atingir R\$ 50,6 bilhões ao ano, contra os atuais R\$ 32,7 bilhões (dados de 2005) investidos pelo Fundef. Pelo menos 60% dos recursos serão destinados à remuneração e valorização dos professores e trabalhadores em atividade nas escolas da rede pública de ensino. Para 2007, estão alocados R\$ 2 bilhões para a Complementação da União ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

EDUCAÇÃO SUPERIOR

O papel decisivo da educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, levou o Governo a expandir a rede federal de educação superior, beneficiando, sobretudo, cidades do interior, em regiões desprovidas de instituições de ensino superior federais. Estão em processo de implantação dez universidades federais, quatro totalmente novas, como a Universidade Federal do ABC em São Paulo, e outras seis por desmembramento de instituições ou, ainda, por transformação de faculdades isoladas em universidades. Também estão sendo criados e consolidados 48 *campi* em todas as regiões do País, sendo destinados para esta finalidade, em 2007, recursos da ordem de R\$ 390,4 milhões.

Além da expansão da rede federal, o Governo vem ampliando os recursos para a manutenção e desenvolvimento das instituições federais de ensino superior (IFES). Em 2006, os recursos destinados ao funcionamento dos cursos de graduação e à modernização e recuperação da infra-estrutura física das IFES foram de R\$ 7,04 bilhões, prevendo-se para 2007 o valor de R\$ 8,44 bilhões.

Com o objetivo de monitorar a qualidade do ensino, nas instituições públicas e privadas de ensino superior do País, foi implantado em 2004 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), composto de três instrumentos de avaliação: i) avaliação das instituições (interna e externa); ii) avaliação dos cursos; e iii) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Em novembro de 2004 foi realizada a primeira edição do Enade, que submete à avaliação estudantes do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, no intuito de aferir o quanto cada curso agrega ao conhecimento de seus estudantes, pretendendo-se avaliar, em três anos, todas as 52 áreas do conhecimento.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, é o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. O ProUni garante transparência à filantropia revertendo incentivos fiscais em vagas para estudantes de baixa renda nas instituições privadas de educação superior, por meio de bolsas de estudo. O Programa recebeu a adesão, em seu primeiro processo seletivo, de 1.142 instituições de ensino superior privadas, tendo ofertado, nos anos de 2005 e 2006, 250 mil bolsas. O ProUni também está implantando a concessão da bolsa-permanência, para garantir a continuidade dos estudos, que é um auxílio financeiro no valor de R\$ 300,00 mensais a estudantes em regime de tempo integral (na primeira fase de implantação, somente a estudantes do curso de medicina). Pelo fato de muitos beneficiários de bolsas parciais do ProUni não terem condições de atender a outra metade do custo da mensalidade, parte dos recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIEES) está sendo redirecionada para cobrir os outros 50%.

A reforma da educação superior, delineada no Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional, contou com a participação de mais de 200 entidades, em dois anos de democrática discussão com a sociedade civil. Trata-se da proposição de um novo marco regulatório para a educação superior, que privilegia a qualidade e destina às instituições federais de ensino superior, por um período de dez anos, 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

O Governo Federal desenvolve uma política de educação de jovens e adultos que visa garantir a continuidade de estudos da população de quinze anos ou mais que não completou, no mínimo, o ensino fundamental. O programa consiste na transferência de recursos financeiros a Estados, Municípios, instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil para a formação de alfabetizadores e implantação de cursos de alfabetização. Foram atendidos 2.729 Municípios, em 2003, e cerca de 1,67 milhão de alfabetizandos. Em 2004, sua abrangência estendeu-se para 3.661 Municípios, tendo sido atendidos cerca de 1,72 milhão de estudantes. A partir de 2005, os beneficiados se aproximam de 2,0 milhões de alfabetizandos, em cerca de 4 mil municípios.

Dando continuidade à referida política, vale salientar que o “Fazendo Escola” é uma ação voltada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mediante o apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios para a ampliação do atendimento e a melhoria da qualidade do ensino fundamental para jovens e adultos, realizado por intermédio da transferência, em caráter suplementar, aos sistemas estaduais e municipais para aquisição, impressão ou produção de livro didático, material escolar para aluno e professor, pagamento de professores do quadro ou contratados temporariamente, formação continuada de docentes e aquisição de gêneros alimentícios. Atualmente são contemplados 4.175 Municípios de todas as unidades federadas, e beneficiados 3,34 milhões de alunos, sendo que para 2007 prevê-se a utilização de R\$ 100,00 milhões, a fim de beneficiar mais 400 mil estudantes.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em 2005, foram registradas cerca de 640 mil matrículas de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino, o que representou um crescimento de 42,5%, nos três últimos anos. Atualmente, chega a 39 mil (crescimento de 85,5%) o número de escolas públicas com alunos portadores de necessidades educacionais especiais matriculados. Para 2007, estão destinados R\$ 41,3 milhões para o apoio ao desenvolvimento da educação especial em Estados e municípios.

CULTURA

O desafio das políticas culturais no atual Governo é a promoção de amplas ações com base territorial que proporcionem a universalização dos direitos culturais, tanto no acesso a bens quanto na valorização da diversidade. Essa premissa se traduziu na apresentação e aprovação de regras de nível constitucional que instituem mecanismos para a consolidação de políticas públicas coordenadas entre União, Estados, Municípios e Sociedade Civil.

A EC no 48, de 10 de agosto de 2005, estabelece o Plano Nacional de Cultura para a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais, a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, a democratização do acesso e valorização da diversidade étnica e regional. O elemento decisivo é a integração de poder público em todos os níveis. Além disso, tramitam no Congresso duas iniciativas importantes para a área da Cultura: (i) a PEC 310/2004 que objetiva estabelecer um sistema público de financiamento das atividades culturais; e (ii) a PEC 416/2005 que cria o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), estabelecendo os parâmetros para que subsistemas complementares: museus, bibliotecas, arquivos, fomento e incentivo se articulem ao SNC.

Em 2005, o MinC teve seus recursos orçamentários ampliados, e executados, em termos reais, 62% a mais em relação a 2003. No que diz respeito às Leis de Incentivo (Rouanet e Audiovisual), ainda em 2003, foi ampliado o teto de renúncia fiscal de R\$ 160,0 milhões para R\$ 401,0 milhões, o que resultou em aumento na captação para projetos culturais. Outra iniciativa importante foi a criação de linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), direcionadas a pequenas e médias empresas culturais e para a construção de salas de cinema.

No que se refere aos programas, destaca-se o Programa Cultura, Educação e Cidadania. Os Pontos de Cultura, eixo central do Programa, são unidades de recepção e disseminação de bens culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais, sendo que, desde 2004, já foram instalados 442 pontos de cultura. Para 2007, serão alocados R\$ 57,1 milhões no referido programa, dos quais R\$ 50,4 milhões estarão reservados aos Pontos de Cultura, com o objetivo de ampliar para 845 o número de espaços culturais apoiados.

Em 2005, o Programa Brasil Som e Imagem apoiou a produção de 35 documentários para TV e a realização de 24 oficinas estaduais para formatação de projetos cinematográficos, sob iniciativa do Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DocTV). Também foram realizados 40 filmes pelo projeto Revelando os Brasis e 42 projetos cinematográficos nacionais foram apoiados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), dos quais 23 relacionados à finalização de obras. Está sendo alocado para esse Programa, em 2007, o montante de R\$ 54,1 milhões.

Para aumentar a eficácia do conjunto de ações voltadas à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, implantou-se nova estrutura administrativa no Instituto do Patrimônio

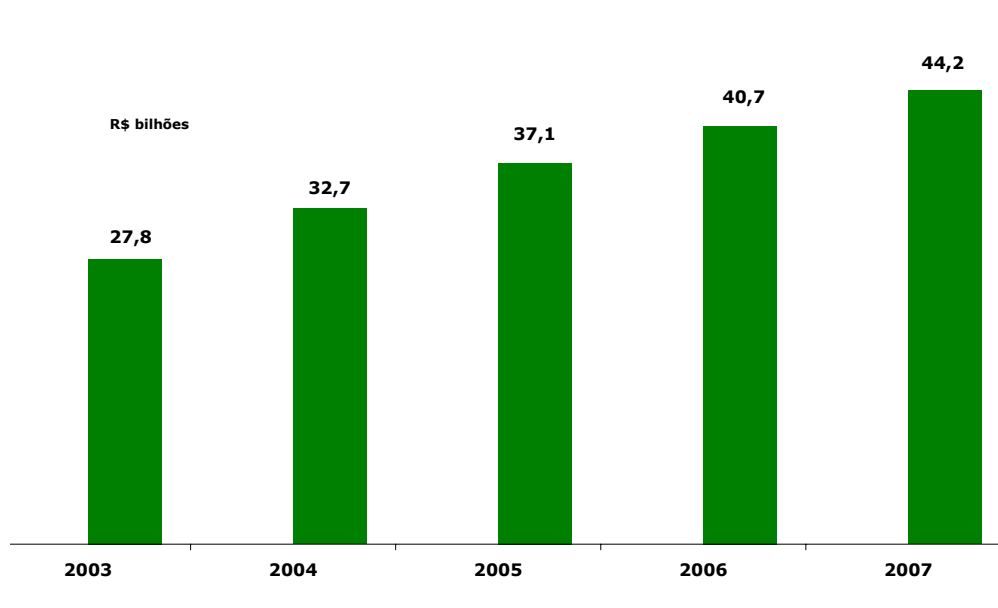
Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que permitiu ampliar o alcance das ações do Instituto, fortalecer sua atuação no território nacional, e prosseguir com as ações para a consolidação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Para os Programas Brasil Patrimônio Cultural e Museu Memória e Cidadania, será alocado para 2007 o valor de R\$ 71,2 milhões, para atendimentos de projetos nas áreas do patrimônio cultural e de museus, preservação de bens culturais de natureza material e imaterial, modernização de 45 museus e funcionamento dos museus da União, beneficiando um público de mais de 1,8 milhão de pessoas.

No âmbito do Programa Monumenta, teve continuidade o desenvolvimento de projetos de revitalização em 82 municípios históricos. Desde o início do Programa foram concluídas 57 obras de recuperação em sítios históricos de 18 municípios e outras 46 obras estão em fase de conclusão. Para 2007, estão sendo alocados R\$ 76,0 milhões, dos quais R\$ 63,2 milhões serão destinados à preservação do Patrimônio Histórico Urbano, tendo como meta contribuir para a preservação de 26 conjuntos históricos.

SAÚDE

O Governo Federal investe no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e, dessa forma, busca cumprir a obrigação constitucional de prover saúde para todo cidadão brasileiro. Observa-se no gráfico a seguir a evolução dos valores aplicados em saúde, de modo a assegurar os recursos necessários para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde em atendimento à determinação da EC nº 29, de 13 de setembro de 2000, que atingirão R\$ 44,2 bilhões, em 2007.

Gráfico 1 – Saúde - Aplicação Mínima EC nº 29 - 2003-2007



Fonte: SOF/MP

O SUS tem garantido o atendimento de milhões de pessoas nos diversos níveis da atenção à saúde, desde a atenção básica até os procedimentos de média e de alta complexidades, como transplantes, terapia renal substitutiva, quimioterapia e cirurgias cardíacas e oncológicas. Em 2007, a meta é realizar 251,6 milhões de atendimentos, para os quais foram alocados R\$ 18,7 bilhões.

Por um lado, o SUS deve dar continuidade no enfrentamento do desafio que representa a mudança no perfil de mortalidade da população brasileira, caracterizada pelo aumento das doenças não transmissíveis, tais como neoplasias e doenças cerebrovasculares e as provocadas por causas externas. Por outro, deve também dar continuidade às ações de controle de doenças transmissíveis, tanto as que vêm de longa data (malária, dengue, tuberculose, hanseníase, entre outras), como as mais recentes (AIDS) e as de potencial irrupção (por exemplo, gripe aviária).

Apesar de todos esses desafios, é possível contabilizar evolução favorável em alguns indicadores clássicos da situação de saúde. A mortalidade infantil, por exemplo, vem mantendo sua tendência de redução. Entre 1996 e 2004, a taxa de mortalidade infantil

decreceu em 32,8%, passando de 33,5 para 22,5 óbitos de menores de um ano, por mil nascidos vivos.

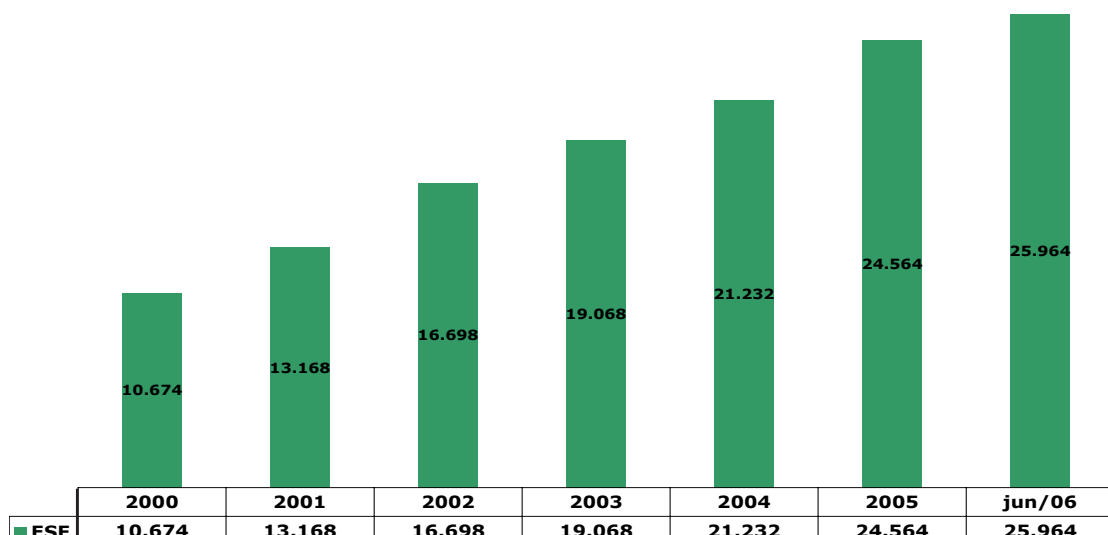
Fatores demográficos e socioeconômicos certamente contribuíram para esses resultados, aliados às ações contempladas em diversos programas do Ministério da Saúde, tais como o Programa de Saúde da Família, o Programa Alimentação Saudável, o Programa Nacional de Imunização e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, entre outros.

ATENÇÃO BÁSICA

Não obstante a destinação de recursos para a Assistência Hospitalar e Ambulatorial ser bastante significativa, o que indica, ainda, a prevalência do “Modelo Hospitalocêntrico” nas políticas de saúde, constata-se a continuidade da busca pela priorização das ações de Atenção Básica, destinadas à promoção e prevenção de agravos e doenças.

A atenção básica em saúde apresentou grande avanço com a adoção da Estratégia Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários. O Programa Saúde da Família (PSF) foi escolhido pelo Governo Federal como o eixo estruturante da Atenção Básica, e ao levar as práticas e ações integrais e contínuas de saúde para o âmbito familiar, melhorou a qualidade de vida dos brasileiros nas áreas rurais e periferias urbanas. Entre 2000 e junho de 2006, o número de Municípios que faziam parte da Estratégia Saúde da Família aumentou de 1.753 para 5.081 e como conseqüência a cobertura populacional nesse período passou de 17,4% para 44,9%. Em 2000, 4.325 Municípios possuíam Agentes Comunitários de Saúde (ACS), em 2006, esse número chegou a 5.284 Municípios. Em junho de 2006, estavam em plena atuação nos Municípios brasileiros 25.964 equipes de saúde da família e 215.162 agentes comunitários. Para o exercício de 2007 a meta é manter 30 mil equipes de saúde da família, para o que foram destinados R\$ 4,1 bilhões.

Gráfico 2 – Equipes de saúde da Família implantas - Brasil, 2000-junho/2006



Adicionalmente, destaque-se que a atenção odontológica, um dos desafios importantes para o SUS, foi incluída na Estratégia Saúde da Família por meio das ações de saúde bucal contempladas no Programa Brasil Sorridente. Novas Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família vêm sendo implementadas, chegando, em 2005, a um total de 13.707 equipes atuando em 4.058 Municípios, o que fez com que a cobertura populacional das Equipes de Saúde Bucal atingisse 67,5 milhões de pessoas. Ações especializadas de saúde bucal estão sendo expandidas por meio da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), resultando, até junho de 2006, em 396 CEO implantados. Especificamente para a ação Atenção à Saúde Bucal, que tem como finalidade subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas nessa área, será destinado, para 2007, o valor de R\$ 124,8 milhões, para a cobertura de 110 milhões de habitantes.

ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

O Governo vem buscando, igualmente, a reestruturação da atenção de média e alta complexidades, incluindo a atenção pré-hospitalar. O conjunto de medidas abrange desde transformações no modelo de gerenciamento de grandes hospitais, com a adoção de novas tecnologias de gestão, até investimentos em instalações físicas (adequação) e compra de equipamentos (modernização tecnológica). Por meio da Política de Qualificação da Atenção à Saúde no SUS (QualiSUS), em 2006, foram assinados convênios com todos os Estados e estão sendo atendidos hospitais em 13 capitais. O Governo Federal investiu, em 2004, R\$ 45,5 milhões; em 2005, R\$ 140,0 milhões e, em 2006, estão previstos R\$ 300,0 milhões, para atender todas as capitais. Na ação Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS, estão previstos para 2007 gastos da ordem de R\$ 100,0 milhões, enquanto que, para a ação Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, prevê-se um orçamento de R\$ 300,0 milhões, destinados ao cumprimento da meta de estruturar 928 unidades.

Entre as iniciativas no âmbito da atenção hospitalar, merece também destaque a nova relação estabelecida entre os Hospitais de Ensino e Hospitais de Pequeno Porte. Em relação aos hospitais de Ensino foram estabelecidos contratos que, além de estipularem metas de produção, definem outras relacionadas à qualidade da assistência, ao ensino e à gestão hospitalar. Até o momento, 63 Hospitais de Ensino aderiram a essa nova forma de relacionamento, sendo que o sucesso dessa política determinou sua expansão para os hospitais filantrópicos. Com relação aos Hospitais de Pequeno Porte, a maior mudança foi na forma de remuneração, uma vez que passaram a ser remunerados por orçamento global, ampliando a capacidade de planejamento da assistência. Em contrapartida, essas unidades se integram de forma mais efetiva às prioridades de atendimento do SUS.

Uma outra prioridade da atuação do Ministério da Saúde foi reforçar o serviço pré-hospitalar, uma vez que os Hospitais Públicos concentram os maiores serviços de urgência e emergência do País. A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências tem na implantação dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), em setembro de 2003, sua mais importante iniciativa. Atualmente encontra-se em 784 municípios brasileiros, cobrindo cerca de 85,8 milhões de pessoas. A ação Apoio à Estruturação de Serviços de

Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas, que tem como finalidade estruturar a rede de serviços para o atendimento às necessidades da atenção às urgências, tem como meta para 2007 apoiar 140 unidades da SAMU - 192, com previsão de gastos de R\$ 350,0 milhões.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS

No campo das doenças transmissíveis, destaca-se o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (DST/AIDS). Reconhecido internacionalmente, o Programa atende atualmente a 166.500 portadores do vírus HIV, que fazem uso de terapia anti-retroviral (ARV), possibilitando melhorias na qualidade e na expectativa de vida. Como resultado, observa-se no País uma redução significativa da mortalidade e do número de internações por doenças oportunistas. Atualmente, o Ministério da Saúde disponibiliza 16 medicamentos ARV, para o tratamento de 100% das pessoas que possuem o HIV. Outro avanço é a ampliação do acesso ao diagnóstico do HIV e de outras DST. Cabe registrar, ainda, a implantação de rede laboratorial, o incentivo à produção nacional de testes laboratoriais e a ampliação da rede de serviços onde o teste é ofertado.

Quanto às demais doenças infecciosas e parasitárias, tais como a malária, a tuberculose e a hanseníase, a política de descentralização e financiamento estável no controle de endemias continua orientando a atuação do Estado brasileiro, permitindo melhor integração com outras ações de atenção básica, como os Agentes Comunitários de Saúde, as Equipes de Saúde da Família e a própria rede de serviços do SUS.

Nas ações de prevenção, é necessário destacar o êxito do Programa Nacional de Imunizações, cujo principal objetivo é contribuir para o controle, eliminação e/ou erradicação das doenças imunopreveníveis. As coberturas vacinais, no caso da vacinação de idosos (60 anos e mais) contra gripe, têm superado a meta a cada ano, variando de 72,5% (2000) a 84% (2005), ultrapassando, dessa forma, a meta de cobertura recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 70%. Foi ultrapassada a meta de 95% para a campanha contra poliomielite em crianças menores de cinco anos. O orçamento destinado às ações de imunização aumentou de R\$ 263,0 milhões, em 1999, para R\$ 592,0 milhões, em 2005, permitindo a vacinação de aproximadamente 60 milhões de pessoas para todas as vacinas e faixas etárias alvo da vacinação. Para 2007, a previsão é de destinar R\$ 833,6 milhões para o Programa de Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis.

Por intermédio do Programa Nacional de Imunizações, mais de 90% das crianças brasileiras recebem a cada ano as vacinas contra sarampo, difteria, tétano, coqueluche, poliomielite, hepatite B e a vacina BCG contra formas graves da tuberculose. Ampliando a oferta de imunobiológicos, foi implantada em 2006 a vacina oral de rotavírus humano, em todo o País, para as crianças na faixa etária de seis a vinte e quatro semanas de vida. Trata-se de um avanço no controle de doenças diarreicas graves por rotavírus, sendo prevista, para 2007, a aquisição de 8,7 milhões de doses da citada vacina, ao custo total de R\$ 152,1 milhões.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Na assistência farmacêutica, houve um importante aumento dos investimentos, devendo ser aplicados cerca de R\$ 4,2 bilhões até o final de 2006. Além da manutenção e expansão dos programas de distribuição de medicamentos e do reajuste, em 2005, do valor do incentivo *per capita* para a assistência farmacêutica básica em 65%, o Ministério da Saúde procurou ampliar o acesso da população aos medicamentos essenciais.

Nesse contexto, cabe destacar que o Programa Farmácia Popular do Brasil, lançado em junho 2004, colocou em funcionamento 182 unidades, em 141 Municípios de 23 Estados. Estão em fase de implantação mais 287 unidades, perfazendo um total de 469 unidades credenciadas. Essas farmácias tornaram disponíveis, até junho de 2006, 347 milhões de unidades de medicamentos, com uma economia para os quase 5 milhões de beneficiários de até 90%, em relação ao preço de mercado.

A partir de maio de 2006, foi instituída a segunda fase do Programa, envolvendo o Governo Federal e farmácias privadas, visando à venda subsidiada de medicamentos para diabetes e hipertensão arterial. Nessa forma de operar, foram credenciadas 2.417 unidades, em todo o País. Em 2005, investiu-se R\$ 51,1 milhões nesse programa. Para 2006, o orçamento previsto para as duas modalidades é de R\$ 205,0 milhões, e para 2007 de R\$ 228,0 milhões.

A produção estatal de medicamentos, consoante com a política de maior sustentabilidade em insumos básicos, também aumentou. Somente no período entre janeiro de 2003 e outubro de 2005, foram produzidos 5 bilhões de unidades. Como marco relevante, destacam-se a aquisição de medicamentos junto à iniciativa privada e a criação, em dezembro de 2004, da Hemobrás – Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, que deverá se tornar auto-sustentável num prazo de cinco anos após o início de funcionamento, com capacidade de fracionar de 400 a 500 mil litros de plasma ao ano. O montante alocado no Ministério da Saúde para a estruturação da Hemobrás em 2007, será de R\$ 36,6 milhões.

AS AGÊNCIAS DA SAÚDE

Vale ressaltar, no âmbito da área da saúde, a importância da atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Anvisa tem como objetivo promover e proteger a saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados. Destacam-se como suas principais ações: (a) Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade Sanitária de Alimentos; (b) Regulamentação das Boas Práticas de Fabricação (BPF); (c) Capacitação dos fiscais sanitários e do setor regulado em BPF; e (d) Implementação de Programas Nacionais de inspeção sanitária, nos estabelecimentos identificados como de maior risco. Já a ANS tem como função a regulação da saúde suplementar e o saneamento desse mercado. Vale informar que, nos últimos três anos, as ações de fiscalização realizadas pela ANS saltaram de 12.109 para 17.117, um crescimento da ordem de 70,7%.

ESPORTE

O foco principal das ações de Governo na área esportiva é a inclusão social. Apesar desse importante objetivo nortear a política para o setor, outras iniciativas merecem destaque, tais como a promoção do esporte de base, a descoberta e o apoio a talentos esportivos e o incentivo à prática esportiva de lazer, entre outras.

Sob a ótica da inclusão social, destaca-se o programa Segundo Tempo, o qual atendeu a cerca de 1,5 milhão de crianças e adolescentes em todo o País, tendo sido implantados 2,5 mil núcleos, localizados em mais de 1,2 mil Municípios. O Programa oferece, no contra-turno escolar, um conjunto de atividades sócio-educativas que incluem reforço escolar, práticas esportivas e culturais, além de reforço alimentar. Para 2007, estão alocados R\$ 77,4 milhões no referido Programa, com o objetivo de ampliar para mais de 2 milhões a quantidade de alunos já beneficiados.

O programa Esporte e Lazer da Cidade contribui para democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer a toda a população, ao apoiar a implantação e modernização de núcleos de esporte recreativo e de lazer, em ação conjunta com os Municípios. Até o momento, foram implantados ou revitalizados cerca de 500 núcleos em todas as regiões do País. Para tanto, será destinado a esse Programa, em 2007, o montante de R\$ 15,7 milhões, o que possibilitará o atendimento a cerca de 993 mil pessoas, dos quais 243 mil idosos.

O programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo contribui para a ressocialização e profissionalização de internos do sistema penitenciário, beneficia adolescentes em conflito com a lei e absorve mão-de-obra de pessoas residentes em comunidades carentes, proporcionando-lhes inclusão social e geração de renda. Somam 13 mil os presidiários e jovens em conflito com a Lei engajados no Programa. As 77 unidades de produção existentes produziram, desde 2003, cerca de 2,2 milhões de itens de materiais esportivos. Para o ano de 2007, serão produzidas mais 1,3 milhão de itens de materiais esportivos, sendo previsto o valor de R\$ 20,5 milhões.

Na área do esporte de alto rendimento, destaca-se a concessão de bolsa a atletas, sob a forma de auxílio financeiro, que apóia, atualmente, quase mil atletas nas categorias estudantil, nacional, internacional, olímpica e paraolímpica. Para 2007, estão sendo destinados R\$ 13,2 milhões para atendimento de cerca de 854 atletas.

Com vistas à preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a serem realizados no Rio de Janeiro, o Governo Federal criou uma secretaria especial para acompanhar os preparativos dos Jogos e uma Comissão Interministerial que articula as iniciativas governamentais afetas ao evento. Os investimentos para assegurar a realização dos Jogos Pan-Americanos e Para Pan-Americanos de 2007 têm sido significativos. Somente para a construção da Vila Pan-Americana, onde ficarão hospedadas as delegações, foram disponibilizados R\$ 180,0 milhões pela Caixa Econômica Federal. Além disso, o Governo Federal realizará investimentos na Vila Militar, que receberá diversas modalidades esportivas, além de financiar todo o aparato tecnológico do evento, as cerimônias de abertura e encerramento e parte dos custos de segurança. Para execução de ações no âmbito do Ministério do Esporte estão previstos R\$ 270,5 milhões.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

No início da atual administração, foram criados mecanismos institucionais para promover a igualdade de gênero e raça, as Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculadas diretamente à Presidência da República e com status ministerial. Essas Secretarias têm o objetivo de promover a transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas, estimulando a elaboração e a implementação de projetos e programas voltados à construção da igualdade e da cidadania, que são direitos garantidos constitucionalmente a todos os brasileiros.

1. POLÍTICAS PARA AS MULHERES

O Plano Nacional de Políticas para as mulheres, que orienta a atuação do Governo na área de gênero, compreende ações a serem executadas nos eixos de trabalho e cidadania, educação, saúde e enfrentamento à violência. Até maio de 2006, 160 municípios e 6 governos Estaduais assinaram o compromisso de inserir os pressupostos, diretrizes e prioridades do Plano nas respectivas linhas de atuação.

Sobre as ações da SPM, vale salientar o lançamento de uma política nacional de combate à violência contra as mulheres, que abrange os três níveis de governo. As medidas previstas envolvem a capacitação de agentes públicos para a prevenção e atendimento, a criação de normas e padrões de atendimento, o aperfeiçoamento da legislação, o incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência, e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública.

Em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a SPM ampliou a oferta de serviços de atendimento às mulheres que são vítimas de violência, mediante a criação ou reaparelhamento de 65 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 73 Centros de Referência e 39 Casas-Abrigo, de Defensorias Públicas das Mulheres, da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 e da Ouvidoria da SPM.

Em relação à área de trabalho, foi desenvolvido o Programa Pró-Equidade de Gênero, cujo objetivo é incentivar a valorização profissional dos trabalhadores e a adoção de práticas de gestão e de cultura organizacional que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na rotina do trabalho.

2 – POLÍTICAS PARA A IGUALDADE RACIAL

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial define as principais diretrizes para a intervenção governamental na área, estabelecendo como princípios norteadores a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática de forma a promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra.

Na área de educação, as principais ações têm como objetivo garantir o acesso da população negra ao ensino superior. Até o final de 2005, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) permitiu o acesso às universidades privadas de cerca de 40 mil jovens negros e índios de baixa renda, por meio da concessão de bolsas integrais ou parciais para os cursos de graduação. No mesmo sentido, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIEES) estabeleceu, como um dos componentes do índice de classificação para recebimento do financiamento, a variável “cor” ou “raça”, o que estimulou o acesso de 36 mil negros a cursos superiores privados.

No que diz respeito às universidades públicas, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.627, de 2004, que estabelece reserva de vagas nas universidades federais para estudantes provenientes de escolas públicas, bem como a destinação de parte delas para negros e índios, em proporção equivalente ao percentual populacional desses grupos em cada Estado da Federação.

Outra iniciativa do Governo voltada para a proteção das minorias é o Programa Brasil Quilombola, destinado à garantia dos direitos das comunidades quilombolas à terra e ao estímulo ao seu desenvolvimento sustentável. Esse Programa baseia-se na noção de “etnodesenvolvimento”, conjugando desenvolvimento com respeito à identidade étnica e o modelo de produção próprio dos quilombolas.

3 - POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

As transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas ao longo da década de 90 foram responsáveis pela elevação dos níveis de desemprego. No Brasil, como em outros países da América Latina, o desemprego adquire conotações estruturais, como o aumento da taxa de desemprego de longa duração, do desemprego feminino e a crescente exclusão dos jovens do mercado de trabalho. Nesse contexto, o debate sobre políticas específicas para a juventude ganha evidência, principalmente, pelo aumento da pobreza e pelos altos índices de violência urbana usualmente associada à juventude marginalizada do País.

O Governo Federal, para enfrentar o grande desafio de inclusão da juventude brasileira, tem desenvolvido programas específicos para esse segmento, apoiados nos pilares da educação e da capacitação profissional.

Programa Nacional da Juventude (ProJovem)

Como forma de estender a cidadania a toda juventude brasileira, o Programa Nacional de Juventude (ProJovem) foi lançado em 2005. O ProJovem oferece aos jovens entre 18 e 24 anos, residentes nas regiões metropolitanas, que concluíram a 4ª série do ensino fundamental, mas não concluíram a 8ª série, e que não estejam formalmente empregados, a oportunidade de conclusão do ensino fundamental, conferindo-lhes certificação após avaliação, formação profissional em nível inicial, aprendizagem de informática e a prática de ações comunitárias. Cada aluno selecionado recebe também um auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00 durante os doze meses do curso, possibilitando-lhes, dessa forma, a sua inclusão ao sistema bancário.

O Governo é responsável ainda pelo fornecimento de material didático, compra de computadores e transferência de recursos para as prefeituras realizarem o pagamento e

formação de professores, educadores profissionais, assistentes sociais e pessoal de apoio, além das despesas com alimentação dos jovens. As prefeituras, por sua vez, fornecem as instalações e a manutenção da infra-estrutura.

Em 2005, somente nas capitais, foram matriculados 92.417 jovens no Programa. Em 2006, o ProJovem foi expandido para 34 cidades das regiões metropolitanas das capitais que possuem mais de 200 mil habitantes. Para 2007, com vistas a beneficiar 150 mil jovens nas 27 capitais brasileiras, estão assegurados R\$ 208,8 milhões para o Programa.

Escola de Fábrica

Em parceria com empresas dos mais variados ramos de atividade, o Governo Federal está oferecendo formação profissional inicial a mais de 11 mil jovens de baixa renda. As aulas começaram em setembro de 2005, com 558 turmas, abrangendo 19 Estados. Nessa primeira etapa, houve a adesão de 700 empresas privadas e de 7 empresas estatais.

A Escola de Fábrica atende a jovens entre 16 e 24 anos com renda familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa, matriculados em um curso regular da educação básica pública (ensinos fundamental ou médio) ou em um curso de educação de jovens e adultos. As empresas fornecem alimentação, transporte, seguro de vida e uniforme aos estudantes. No que se refere à aprendizagem, a instrução pedagógica e o treinamento dos instrutores são atribuições das instituições conveniadas. Como auxílio, cada aluno recebe uma bolsa mensal de R\$ 150,00 durante um semestre, desde que freqüente pelo menos 85% das aulas.

Em 2006, estima-se que serão atendidos cerca de 6 mil jovens e, para 2007, foram programados R\$ 8,4 milhões para a distribuição de bolsas a 8 mil jovens.

Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi instituído pelo Governo Federal, em junho de 2005, para melhorar a formação do jovem brasileiro. Trata-se de um projeto de inclusão social, com o objetivo de qualificar profissionalmente e elevar a escolaridade a trabalhadores acima de 18 anos, com trajetórias escolares interrompidas ou descontinuadas. Em 2005, o Programa capacitou 8 mil trabalhadores por intermédio de cursos de formação inicial e continuada com carga horária de 1,6 mil horas e cursos técnicos com duração de 2,4 mil horas.

Consórcios Sociais da Juventude

Os Consórcios Sociais da Juventude, no âmbito do Programa Primeiro Emprego, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, são ações voltadas aos jovens com dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas, portadores de deficiências, moradores de áreas isoladas, quilombolas, indígenas e jovens recusados três vezes por parte de empregadores, por falta de qualificação.

Até 2005, o Programa atendeu a 62,9 mil jovens entre 16 a 24 anos em situação de risco social e renda familiar per capita de até meio salário mínimo, além de conceder auxílio de R\$ 150,00 ao mês, por até seis meses.

Agente Jovem de Desenvolvimento

O Agente Jovem consiste em um conjunto de ações de assistência social destinadas a jovens entre 15 e 17 anos, que prioritariamente estejam fora da escola, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, especialmente, em áreas de baixa renda e alto índice de violência, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

No âmbito desse Programa, são desenvolvidas ações comunitárias com atividades relacionadas aos temas de direitos humanos, saúde, meio ambiente, cidadania, incluindo, por exemplo, palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, drogas e gravidez precoce. Essas ações estão sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

4 – DIREITOS HUMANOS

O desenvolvimento de ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos humanos tem como propósito ampliar e fortalecer a cidadania e assegurar oportunidades mais justas para grupos historicamente discriminados.

O apoio Federal a projetos governamentais e de organizações da sociedade civil materializam-se na execução de programas voltados para as áreas de defesa dos direitos da criança e do adolescente, da pessoa idosa e de portadores de deficiência.

Na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente, destaca-se o esforço empreendido pelo Governo Federal, em conjunto com entidades do Poder Público e da sociedade civil, para a implementação e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa iniciativa abrange os âmbitos estadual e municipal e visa enfrentar a violação dos direitos da população infanto-juvenil e promover a responsabilização dos transgressores. Atualmente, existem no País 19 delegacias especializadas, 20 defensorias públicas específicas para a infância e juventude, 20 centros de defesa e 3.011 conselhos tutelares.

Para garantir os direitos dos jovens em conflito com a lei, o Governo Federal tem desenvolvido e apoiado as seguintes ações: adequar a arquitetura das unidades de internação; aplicar a medida de privação de liberdade apenas em caráter excepcional, substituindo-a por medidas sócio-educativas em meio aberto; seguir o modelo de atendimento descentralizado e municipalizado; ampliar o acesso às defensorias públicas nos Municípios; integrar os programas em uma rede de atendimento, elaborando políticas que integrem serviços de diferentes áreas de atendimento por meio do envolvimento, articulação e mobilização ampla de organizações governamentais e não-governamentais.

Outra iniciativa importante na área infanto-juvenil foi a criação do Disque Denúncia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Quanto à promoção dos direitos da pessoa idosa, está em fase de implementação o Plano de Ação de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Desse modo, em 2006, estão sendo concluídos, em articulação com Estados e Municípios e organizações da sociedade civil, 5 centros de referências de prevenção à violência e maus-tratos contra a pessoa idosa.

Para a promoção e defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências, as políticas buscam assegurar a inclusão dos mais de 24 milhões de brasileiros com necessidades especiais. O Programa Nacional de Acessibilidade contempla ações de articulação e fomento, sobretudo as de capacitação e de especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade, e as de divulgação do tema.

O compromisso do Estado brasileiro com o tema da acessibilidade encontra-se consubstanciado no Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre as condições de acessibilidade arquitetônica e urbanística aos serviços de transporte, à informação e comunicação, bem como à assistência técnica, instrumentos, equipamentos ou tecnologias adaptados ou especialmente desenvolvidos para melhorar a funcionalidade das pessoas portadoras de deficiências.

Com o objetivo de ampliar e fortalecer a cidadania, foram criados os “Balcões de Direitos”, instalados, principalmente, em comunidades de baixa renda e locais com dificuldade de acesso a serviços públicos, que prestam orientação jurídica gratuita e mediação de conflitos.

As ações para o combate ao trabalho escravo, como prioridade do Governo Federal, foram intensificadas com a aplicação do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que contempla atuação articulada e planejada de órgãos dos Poderes Executivo (Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Defensorias Públicas e Presidência da República/Secretaria Especial de Direitos Humanos), Legislativo, Judiciário (Justiças Federal e do Trabalho) e Ministério Público da União (Ministérios Público Federal e do Trabalho) e de entidades da sociedade civil. Em 2005, o resultado dessa atuação conjunta resultou na libertação de 12,8 mil trabalhadores, mais do que o dobro da média anual de períodos anteriores.

No que diz respeito ao programa “Brasil Sem Homofobia”, criado em 2004, o Governo Federal está implementando serviços de prevenção e combate à homofobia, com o objetivo de orientar e prestar atendimento especializado aos cidadãos com direitos violados por discriminação, violência física ou psicológica sofrida por motivo de sua orientação sexual.

Adicionalmente, são promovidas ações de capacitação da força policial no que concerne ao respeito aos direitos humanos e à redução do uso de métodos violentos na luta contra a criminalidade. Com isso, pretende-se aperfeiçoar os procedimentos de controle externo sobre a violência policial, por meio do fortalecimento e da disseminação dos trabalhos das Ouvidorias de Polícia dos Estados e apoiar iniciativas em curso de policiamento comunitário nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os avanços na área de direitos humanos decorrem da atuação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com a aplicação crescente de recursos orçamentários, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução de Recursos na área de Direitos Humanos

R\$ Milhões				
2003	2004	2005	2006	2007
38,3	61,8	67,8	92,6	103,9

Fonte: Sidor

Nota: Recursos aplicados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

5. POLÍTICA INDIGENISTA

O Estado brasileiro tem como grande desafio garantir aos povos indígenas o acesso à terra e à viabilização de seu processo de desenvolvimento socioeconômico, adequados à sua realidade e aos seus anseios. Nesse sentido, o Governo tem atuado com foco na regularização de terras, nos investimentos em saúde e educação e nas ações voltadas ao alcance da sustentabilidade do povo indígena.

O Governo vem intensificando a implementação de projetos de desenvolvimento econômico compatíveis com a preservação ambiental e a proteção dos territórios dos índios, bem como ações para coibir a exploração predatória e ilegal de recursos naturais, removendo invasores como garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, entre outros.

Adicionalmente, a iniciativa governamental envolve ainda o apoio às atividades produtivas, a valorização da cultura do índio e ações de saúde específicas para essas comunidades, por intermédio de intervenções focadas em obras de saneamento básico, de drenagem e manejo ambiental e assistência médico-hospitalar, bem como programas de educação diferenciada, mediante apoio a estudantes indígenas. Atualmente, cerca de 150 mil índios em idade escolar estão matriculados em escolas de ensino fundamental e médio em suas aldeias ou em municípios próximos.

Atualmente, outros 2,5 mil jovens índios freqüentam cursos superiores. Esse número é crescente em decorrência da política de cotas e do Programa Universidade para Todos. Portanto, tendo em vista a continuidade da política indigenista, para 2007, estão previstos recursos da ordem de R\$ 448,8 milhões, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Destinação de Recurso à Política Indigenista

R\$ milhões	
Órgão	2007
Ministério da Educação	5,6
Ministério da Justiça	119,53
Ministério da Saúde	317,60
Ministério do Meio Ambiente	4,61
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,45
Ministério do Esporte	1,00
TOTAL	448,79

Fonte: SOF/MP